



Porto de Lisboa

**Regulamentação Portuária**  
**atualizada a 6 de junho de 2019**

Dada a extensão das atribuições da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., e da sua área de jurisdição as normas que regem a sua atividade ou que têm interesse para a mesma são muito diversas.

Destacam-se as seguintes, algumas expressa ou tacitamente alteradas à data, indicando-se as alterações de que foram objeto (sem prejuízo de ser conveniente proceder à sua confirmação), separadas, para maior conveniência em grandes temas:

**Regulamentação externa –**

- a) **Normas institucionais e de gestão pública**
- b) **Domínio público do Estado afeto à APL, SA**
- c) **Movimentação de cargas**
- d) **Cruzeiros, náutica de recreio e marítimo-turística**
- e) **Segurança portuária e ambiental**
- f) **Ordenamento e obras**
- g) **Recursos humanos e gestores públicos**
- h) **Contraordenações**
- i) **Normas diversas**

**Regulamentação interna –**

- a) **Regulamentação da APL de âmbito geral**



Porto de Lisboa

## Regulamentação Externa

Destacam-se os diplomas seguintes — a **negrito** as especialmente referentes a portos:

### a) Normas institucionais e de gestão pública

1. **APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.** - Decreto-Lei n.º [336/98](#), de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [334/2001](#), de 24 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º [46/2002](#), de 2 de março (que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição) transforma o instituto público Administração do Porto de Lisboa na sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com poderes de autoridade APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., e aprova os seus estatutos;
2. **Acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas** - Lei n.º [88-A/97](#), de 25 de julho, alterada, por Lei n.º [17/2012](#), de 26 de abril, e Lei n.º [35/2013](#), de 11 de junho.
3. **Sistema portuário nacional** – Decreto-Lei n.º [348/86](#), de 16 de outubro, modificado por Decreto-Lei n.º [335/98](#), Decreto-Lei n.º [336/98](#), Decreto-Lei n.º [337/98](#) e Decreto-Lei n.º [338/98](#), todos de 3 de novembro; Decreto-Lei n.º [15/2016](#), de 9 de março (Estabelece a coordenação estratégica da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.)
4. Sistema da Autoridade Marítima - Decreto-Lei n.º [43/2002](#), de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º [263/2009](#), de 28 de setembro - define a organização e atribuições do sistema da autoridade marítima e cria a autoridade marítima nacional;
5. Direção-Geral da Autoridade Marítima - Decreto-Lei n.º [44/2002](#), de 2 de março – estabelece as atribuições, estrutura e organização da autoridade marítima nacional e cria a Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM);
6. Regime jurídico do setor público empresarial - Decreto-Lei n.º [133/2013](#), de 3 de outubro, alterado pelo art.º 20.º da Lei n.º [75-A/2014](#), de 30 de



## Porto de Lisboa

- setembro → Decreto Regulamentar n.º [1/2014](#), de 10 de fevereiro - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial e pela Lei n.º [42/2016](#), de 28 de dezembro; Despacho n.º [4663-A/2014](#), 2.ª série, de 31 de março - financiamento de empresas públicas não financeiras retificado pela Declaração de Retificação n.º [421-A/2014](#), de 17 de abril;
7. Sistema de Informação da Organização do Estado - Lei n.º [57/2011](#), de 28 de novembro, alterado pelo art.º 57.º da Lei n.º [66-B/2012](#), de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013);
  8. Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional - Decreto-Lei n.º [251-A/2015](#), de 17 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º [57/2015](#), de 30 de dezembro, pela Declaração de Retificação n.º [2/2016](#), de 21 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º [99/2017](#), de 18 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º [138/2017](#), de 10 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º [90/2018](#), de 9 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º [31/2019](#), de 1 de março;
  9. Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Decreto-Lei n.º [56/2012](#), de 12 de março - aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, IP), alterado pelo Decreto-Lei n.º [55/2016](#), de 26 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º [108/2018](#), de 3 de dezembro;
  10. **Direção-Geral de Política do Mar** – Decreto Regulamentar n.º [17/2012](#), de 31 de janeiro - aprova a orgânica da Direção-Geral de Política do Mar (DGPM);
  1. **Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos** – Decreto-Lei n.º [49-A/2012](#), de 29 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [237/2012](#), de 31 de outubro - aprova a orgânica da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), alterado pelo Despacho n.º [5132/2017](#), de 8 de junho;
  2. **Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P** - Decreto-Lei n.º [68/2012](#), de 20 de março - aprova a orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., alterado pelo Decreto-Lei n.º [236/2015](#), de 14 de outubro;
  3. **Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.** (IMT, IP) - Decreto-Lei n.º [236/2012](#), de 31 de outubro - aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., alterado pelo Decreto-Lei n.º [77/2014](#),



## Porto de Lisboa

- de 14 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º [31/2014](#), de 23 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º [79/2016](#), de 23 de novembro;
4. **Autoridade da Mobilidade e dos Transportes** (AMT) - Decreto-Lei n.º [78/2014](#), de 14 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º [33/2014](#), de 2 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º [18/2015](#), de 2 de fevereiro;
  5. Regulação da atividade económica - Lei n.º [67/2013](#), de 28 de agosto - Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica → Decreto-Lei n.º [78/2014](#), de 14 de maio – alterada pela Lei n.º [12/2017](#), de 2 de maio e pela Lei n.º [71/2018](#), de 31 de dezembro;
  6. Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P - Decreto-Lei n.º [117-A/2012](#), de 14 de junho - aprova a orgânica da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), e extingue a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GerAP), e a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP);
  7. **Plano Estratégico dos Transportes** - Resolução do Conselho de Ministros n.º [45/2011](#), de 10 de novembro → Resolução do Conselho de Ministros n.º [61-A/2015](#), de 20 de agosto;
  8. **Plano Estratégico Nacional do Turismo** - Resolução do Conselho de Ministros n.º [24/2013](#), de 16 de abril;
  9. **Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020** - Resolução do Conselho de Ministros n.º [12/2014](#), de 12 de fevereiro.



Porto de Lisboa

**b) Domínio público do Estado afeto à APL, SA**

1. Zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional – Lei n.º [34/2006](#), de 28 de julho;
2. Regime do património imobiliário público – Decreto-Lei n.º [280/2007](#), de 7 de agosto - alterado pelo art.º 5.º da Lei n.º [55-A/2010](#), de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2011), art.º 205.º da Lei n.º [64-B/2011](#), de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), art.ºs 30.º e 71.º do Decreto-Lei n.º [36/2013](#), de 11 de março (Orçamento do Estado para 2013), art.ºs 8.º, 10.º, 12.º, 13.º e 169.º da Lei n.º [83-C/2013](#) (Orçamento do Estado para 2014) e pela Lei n.º [82-B/2014](#), de 31 de dezembro;
3. Inventário geral do património do Estado – Decreto-Lei n.º [477/80](#), de 15 de outubro;
4. Lei da titularidade dos recursos hídricos - Lei n.º [54/2005](#), de 15 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º [4/2006](#), de 16 de janeiro), pela Lei n.º [34/2014](#), de 19 de junho, alterada pela Lei n.º [78/2013](#), de 21 de novembro → Portaria n.º [19074](#), de 15 de março de 1962 (desafeta do domínio público do Estado uma parcela de terreno situada na Rua da Manutenção, freguesia do Beato, concelho de Lisboa); Portaria n.º [19477](#), de 5 de novembro de 1962 (desafeta do domínio público do Estado três parcelas de terreno situadas em Cabo Ruivo, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa); Portaria n.º [21777](#), de 8 de janeiro de 1966 (desafeta do domínio público do Estado uma parcela de terreno situada em Cabo Ruivo, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa); Portaria n.º [21962](#), de 19 de abril de 1966 (desafeta do domínio público do Estado duas parcelas de terreno situadas Poço do Bispo, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa); Portaria n.º [22699](#), de 1 de junho de 1967 (desafeta do domínio público do Estado uma parcela de terreno situada na freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa); Portaria n.º [23533](#), de 12 de agosto de 1968 (desafeta do domínio público do Estado uma parcela de terreno situada na freguesia de Sacavém, concelho de Loures); Portaria n.º [491/70](#), de 6 de outubro (anula a desafetação operada pela Portaria n.º [22074](#), de 21 de junho de 1966 (respeitante a uma parcela de terreno situada em Cabo Ruivo, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa); Portaria n.º [453/81](#), de 3 de



## Porto de Lisboa

- junho (anula a desafetação feita pela Portaria n.º [21956](#), de 18 de Abril de 1966, de uma parcela de terreno do domínio público do Estado, em Vila Franca de Xira); Decreto-Lei n.º [377/84](#), de 30 de novembro (afeta ao Ministério da Cultura, através do Instituto Português do Património Cultural, o imóvel denominado «Torre de São Vicente de Belém»); Decreto-Lei n.º [342/87](#), de 28 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [29-A/2011](#), de 1 de março (Olho de Boi, Almada); Decreto-Lei n.º [207/93](#), de 14 de junho (desafeta do domínio público do Estado bens imóveis (EXPO 98)); Resolução do Conselho de Ministros n.º [93/2000](#), de 25 de julho (transfere para o município de Lisboa terrenos situados no Campo das Cebolas e no Poço do Bispo, concelho de Lisboa); Portaria n.º [1318/2003](#), de 28 de novembro (desafeta do domínio público do Estado os edifícios dos antigos Armazéns Frigoríficos do Bacalhau designados por Edifício Pedro Álvares Cabral, concelho de Lisboa), complementada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º [99/2004](#), de 21 de julho (autoriza a alienação pelo Estado Português à Fundação Oriente da parcela desafetada do domínio público correspondente ao bloco industrial dos edifícios dos antigos Armazéns Frigoríficos do Bacalhau);
5. Delimitação do domínio público hídrico - Decreto-Lei n.º [353/2007](#), de 26 de outubro → Despacho normativo n.º [32/2008](#), 2.ª série, 20 de junho (Regulamento de procedimento dos processos de delimitação do domínio público marítimo pendentes em 27 de outubro de 2007); Portaria n.º [931/2010](#), de 20 de setembro (instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico);
6. **Áreas sem utilização portuária reconhecida** - Decreto-Lei n.º [100/2008](#), de 16 de junho - procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis ou quando deixem de estar afetas exclusivamente ao interesse público do uso das águas bem como os procedimentos a que deve obedecer a reafetação do domínio público marítimo integrado em áreas sem utilização portuária reconhecida, e ainda as modalidades de usos compatíveis dos recursos hídricos que se encontrem compreendidos nas referidas → Decreto-Lei n.º [75/2009](#), de 31 de março (desafetação do domínio público marítimo dos bens sem utilização portuária



- reconhecida na frente ribeirinha de Lisboa), Resolução do Conselho de Ministros n.º [87/2009](#), de 18 de setembro (mutação dominial subjetiva, para o domínio público do município de Lisboa, de áreas da frente ribeirinha de Lisboa, sem utilização portuária reconhecida), Lei n.º [50/2018](#), de 16 de agosto que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Decreto-Lei n.º [72/2019](#), de 28 de maio - concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária, Resolução do Conselho de Ministros n.º [89/2019](#), de 4 de junho, que estabelece o funcionamento e organização da Comissão de Acompanhamento da Descentralização;
7. **Lei da Água** - Lei n.º [58/2005](#), de 29 de dezembro – transpõe a Diretiva n.º [2000/60/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, retificada por Declaração de Retificação n.º [11-A/2006](#), de 23 de fevereiro, alterada por Decreto-Lei n.º [245/2009](#), de 22 de setembro, Decreto-Lei n.º [60/2012](#), de 14 de março, Decreto-Lei n.º [130/2012](#), de 22 de junho, que a republicou, Lei n.º [17/2014](#), de 10 de abril, Lei n.º [42/2016](#), de 28 de dezembro e Lei n.º [44/2017](#), de 19 de junho;
  8. **Plano Nacional da Água** – Decreto-Lei n.º [76/2016](#), de 9 de novembro - aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º [58/2005](#), de 29 de dezembro, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água
  9. **Regime de utilização dos recursos hídricos** - Decreto-Lei n.º [226-A/2007](#), de 31 de maio, alterado por Decreto-Lei n.º [391-A/2007](#), de 21 de dezembro, Decreto-Lei n.º [93/2008](#), de 4 de junho retificado pela Declaração de Retificação n.º [32/2008](#), de 11 de junho, Decreto-Lei n.º [107/2009](#), de 15 de maio, Decreto-Lei n.º [245/2009](#), de 22 de setembro, Decreto-Lei n.º [82/2010](#), de 2 de julho, Lei n.º [44/2012](#), de 29 de agosto, Lei [17/2014](#), de 10 de abril, Lei n.º [12/2018](#), de 2 de março, Decreto-Lei n.º [97/2018](#), de 27 de novembro;
  10. **Regime económico e financeiro dos recursos hídricos** - Decreto-Lei n.º [97/2008](#), de 11 de junho, alterado pela Lei n.º [82-D/2014](#), de 31 de



## Porto de Lisboa

dezembro, pelo Decreto-Lei n.º [42-A/2016](#), de 12 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º [46/2017](#), de 3 de maio;

11. Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos - Decreto-Lei n.º [172/2009](#), de 3 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º [72-A/2010](#), de 18 de junho, Decreto-Lei n.º [42-A/2016](#), de 12 de agosto;
12. **Uso do domínio público do Estado sob administração portuária** - Decreto-Lei n.º [145/80](#), de 22 de maio.





**c) Movimentação de cargas**

1. Convenção Internacional das Linhas de Carga, de 1966 - aprovada, para adesão, pelo Decreto-Lei n.º [49209](#), de 26 de agosto de 1969 → regulamentado pelo Decreto-Lei n.º [189/98](#), de 10 de julho, alterado pela Lei n.º [18/2012](#), de 7 de maio;
2. Convenção Internacional para a Unificação de certas Regras em matéria de Conhecimentos, assinada em Bruxelas, em 25 de agosto de 1924 – Diário do Governo n.º [128](#), de 2 de junho de 1932, e Decreto-Lei n.º [37748](#), de 1 de fevereiro de 1950;
3. Regime jurídico da atividade dos transportes marítimos - Decreto-Lei n.º [196/98](#), de 10 de julho;
4. Regime jurídico do contrato de transporte de mercadorias por mar - Decreto-Lei n.º [352/86](#), de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [323/2001](#), de 17 de dezembro;
5. Responsabilidade dos proprietários de navios- Decreto-Lei n.º [202/98](#), de 10 de julho (retificado pela Declaração de Retificação n.º [11-Q/98](#), de 31 de julho), alterado pelo Decreto-Lei n.º [64/2005](#), de 15 de março);
6. Gestor de navios (*shipmanager*) - Decreto-Lei n.º [198/98](#), de 10 de julho;
7. Regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação - Decreto-Lei n.º [264/2012](#), de 20 de dezembro;
8. **Regime jurídico de operação portuária** - Decreto-Lei n.º [298/93](#), de 28 de agosto, Decreto-Lei n.º [324/94](#), de 30 de dezembro, Decreto-Lei n.º [65/95](#), de 7 de abril, Decreto-Lei n.º [324/94](#), de 30 de dezembro;
9. **Terminal de Contentores de Alcântara** - Decreto-Lei n.º [287/84](#), de 23 de Agosto, alterado por Decreto-Lei n.º [188/2008](#), de 23 de setembro (revogado pela Lei n.º [14/2010](#), de 23 de julho);
10. **Reboque marítimo** - Decreto-Lei n.º [431/86](#), de 30 de dezembro;
11. **Reboque de navios e embarcações nos portos** – Decreto-Lei n.º [75/2001](#), de 27 de fevereiro;
12. **Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente** - Decreto-Lei n.º [273/2000](#), de 9 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [129/2010](#), de 7 de dezembro (que cria as tarifas da autoridade de controlo de circulação



## Porto de Lisboa

- de pessoas nas fronteiras) → Portaria n.º [1285/2010](#), de 17 de dezembro (aprova a tabela das taxas a cobrar pela autoridade de fronteira nos postos de fronteira marítimos) e pelo Decreto-Lei n.º [6/2017](#), de 6 de janeiro, que cria a Fatura Única Portuária por Escala de Navio.;
13. Taxas e respetivos montantes a cobrar pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - Portaria n.º [342/2015](#), de 12 de outubro, alterada pelo Despacho n.º [10617/2016](#), de 24 de agosto;
  14. **Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos** – Lei n.º [9/2018](#), de 2 de março - autoriza o Governo a criar o Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos (SNEM) criado pelo Decreto-Lei n.º [43/2018](#), de 18 de junho; Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações criado pelo Decreto-Lei n.º [92/2018](#), de 13 de novembro;
  15. **Regime Jurídico do Trabalho Portuário** - Lei n.º [3/2013](#), de 14 de janeiro;
  16. **Código dos Contratos Públicos** - Decreto-Lei n.º [18/2008](#), de 29 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º [18-A/2008](#), de 28 de março), alterado pelo Decreto-Lei n.º [223/2009](#), de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º [278/2009](#), de 2 de outubro, Lei n.º [3/2010](#), de 27 de abril, Decreto-Lei n.º [131/2010](#), de 14 de dezembro, Decreto-Lei n.º [69/2011](#), de 15 de junho, art.º n.º 27 da Lei n.º [64-B/2011](#), de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º [149/2012](#), de 12 de julho, pelo Decreto-Lei n.º [111-B/2017](#), de 31 de agosto, Decreto-Lei n.º [33/2018](#), de 15 de maio, Despacho n.º [11011/2018](#), de 26 de novembro.



**d) Cruzeiros, náutica de recreio e marítimo-turística**

1. Contrato de transporte de passageiros por mar – Decreto-Lei n.º [349/86](#), de 17 de outubro;
2. Registo das pessoas que viagem em navios de passageiros - Decreto-Lei n.º [547/99](#), de 14 de dezembro (retificado pela Declaração de Retificação n.º [4-H/2000](#), de 31 de janeiro), alterado pelo Decreto-Lei n.º [51/2005](#), de 25 de fevereiro → Portaria n.º [287/2000](#), de 25 de maio - sistema de registo de dados, pelo Decreto-Lei n.º [93/2012](#), de 19 de abril e Decreto-Lei n.º [53/2016](#), de 24 de agosto;
3. Direitos dos passageiros do transporte marítimo e por vias navegáveis interiores - Regulamento (UE) n.º [1177/2010](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro → Decreto-Lei n.º [7/2014](#), de 15 de janeiro;
4. Convenção de Atenas de 1974 relativa ao Transporte de Passageiros e Bagagens por Mar – [Decisão do Conselho](#) de 12 de dezembro de 2011 relativa à adesão da União Europeia ao Protocolo de 2002 à Convenção de Atenas de 1974 relativa ao Transporte de Passageiros e Bagagens por Mar, com exceção dos artigos 10.o e 11.o → Decreto n.º [13/2015](#), de 14 de julho;
5. Responsabilidade das transportadoras de passageiros por mar em caso de acidente - Regulamento (CE) n.º [392/2009](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril;
6. Náutica de Recreio - Decreto-Lei n.º [124/2004](#), de 25 de maio, aprova o Regulamento da Náutica de Recreio, alterado pelo Decreto-Lei n.º [93/2018](#), de 13 de novembro;
7. Atividade Marítimo-Turística - Regulamento de Atividade Marítimo-Turística - Decreto-Lei n.º [289/2007](#), de 17 de Agosto, Decreto-Lei n.º [108/2009](#), de 15 de maio - Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, alterado pelo Decreto-Lei n.º [95/2013](#), de 19 de julho e pelo Decreto-Lei n.º [186/2015](#), de 3 de setembro → Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo-Turística - Decreto-Lei n.º [149/2014](#), de 10 de outubro;



**e) Segurança portuária e ambiental**

1. Polícia Marítima - Decreto-Lei n.º [248/95](#), de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [235/2012](#), de 31 de outubro;
2. **Segurança portuária** - Decreto-Lei n.º [46/2002](#), de 2 de março - atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
3. Autoridade nos espaços marítimos - Decreto Regulamentar n.º [86/2007](#), de 12 de dezembro - articula a ação das autoridades de polícia e demais entidades competentes no âmbito dos espaços marítimos e cria o Centro Nacional Coordenador Marítimo;
4. Separação de Tráfego Marítimo - Decreto-Lei n.º [198/2006](#), de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [263/2009](#), de 28 de setembro;
5. Sistema de acompanhamento e de informação do tráfego de navios - Decreto-Lei n.º [180/2004](#), de 27 de julho - transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º [2002/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º [236/2004](#), de 18 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º [51/2005](#), de 25 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º [263/2009](#), de 28 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º [52/2012](#), de 7 de março, pelo Decreto-Lei n.º [121/2012](#), de 19 de junho (que transpõe a Diretiva n.º [2011/15/UE](#), da Comissão, de 23 de fevereiro) e pelo Decreto-Lei n.º [3/2016](#), de 12 de janeiro, que transpõe a Diretiva n.º [2014/100/UE](#), da Comissão, de 28 de outubro de 2014, que altera a Diretiva n.º [2002/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho de 2002, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navio;
6. Sistema nacional de controlo de tráfego marítimo - Decreto-Lei n.º [263/2009](#), de 28 de setembro que institui o Sistema Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo (SNCTM), criando um quadro geral de intervenção dos órgãos e serviços públicos responsáveis pelo controlo de tráfego marítimo nas zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional, retificado pela Declaração de Retificação n.º [89/2009](#), de 25 de novembro;



## Porto de Lisboa

7. **Regime jurídico do serviço público de pilotagem nos portos** - Decreto-Lei n.º [48/2002](#), de 2 de março – inclui o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem → Certificados de isenção de pilotagem - Portaria n.º [434/2002](#), de 22 de abril, alterada pela Portaria n.º [150/2009](#), de 9 de fevereiro e pela Portaria n.º [288/2012](#), de 21 de setembro;
8. **Inspeção de navios pelo Estado do porto** - Decreto-Lei n.º [61/2012](#), de 14 de março - transpõe a Diretiva n.º [2009/16/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril (entretanto alterada pela Diretiva n.º [2013/38/EU](#), de 12 de agosto), alterado pelo Decreto-Lei n.º [27/2015](#), de 6 de fevereiro;
9. Regulamento Sanitário Internacional - Aviso n.º [12/2008](#), de 23 de janeiro - torna pública a nova redação do Regulamento Sanitário Internacional, adotada pela 58.ª Assembleia Mundial de Saúde em 23 de maio de 2005;
10. **Acesso e saída de navios e embarcações de portos nacionais** - Decreto-Lei n.º [370/2007](#), de 6 de novembro;
11. Remoção de destroços de navios - Decreto-Lei n.º [64/2005](#), de 15 de março; Decreto n.º [28/2017](#) - aprova, para adesão, a Convenção Internacional de Nairobi sobre a Remoção de Destroços, adotada no Quênia, a 18 de maio de 2007, pela Organização Marítima Internacional
12. **Proteção dos navios e das instalações portuárias** - Regulamento n.º [725/2004](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, → Decreto-Lei n.º [226/2006](#), de 15 de novembro - aprova normas de enquadramento do Regulamento n.º [725/2004](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, e transpõe a Diretiva n.º [2005/65/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, complementado pelo Decreto Regulamentar n.º [86/2007](#), de 12 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º [61/2012](#), de 14 de março (alterado pelo Decreto-Lei n.º [27/2015](#), de 6 de fevereiro);
13. Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (1973) - Decreto do Governo n.º [25/87](#), de 10 de julho - aprova para adesão o Protocolo de 1987 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, feito em Londres em 17 de fevereiro de 1978 → complementado pelo Decreto n.º [6/2006](#), de 6 de janeiro (aprova as emendas ao Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção



## Porto de Lisboa

- da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78), adotadas pela Resolução MEPC 115(51) da Organização Marítima Internacional, relativo às regras para a prevenção da poluição por esgotos sanitários dos navios); Decreto-Lei n.º [192/98](#), de 10 de julho (ministérios competentes para aplicar e executar as regras previstas na Convenção MARPOL 73/78);
14. Reforço da segurança marítima e da prevenção da poluição causada por navios - Decreto-Lei n.º [51/2012](#), de 6 de março - transpõe a Diretiva n.º [2009/21/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril;
  15. **Resíduos de navios** - Decreto-Lei n.º [165/2003](#), de 24 de julho - transpõe a Diretiva n.º [2000/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro (com as alterações da Diretiva n.º [2002/84/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro), alterado pelo Decreto-Lei n.º [197/2004](#), de 17 de agosto (que transpõe a Diretiva n.º [2000/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º [57/2009](#), de 3 de março (que transpõe a Diretiva n.º [2007/71/CE](#), da Comissão, de 13 de dezembro) e pelo Decreto-Lei n.º [83/2017](#), de 18 de julho, que transpõe a Diretiva (UE) n.º [2015/2087](#), de 18 de novembro;
  16. Seguro em matéria de créditos - Decreto-Lei n.º [50/2012](#), de 2 de março - transpõe a Diretiva n.º [2009/20/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, relativa ao seguro dos proprietários de navios em matéria de créditos marítimos, destinada a garantir uma melhor proteção das vítimas de acidentes;
  17. Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos - Decreto n.º [18/2017](#), de 16 de junho - aprova a Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos, adotada em Londres, em 19 de novembro de 1976, e o Protocolo de 1996 de Emenda à Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos, 1976, adotado em Londres, em 3 de maio de 1996;
  18. Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo - Decreto-Lei n.º [15/94](#), de 22 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º [3/94](#), de 31 de janeiro), alterado pelo Decreto-Lei n.º [399/99](#), de 14 de outubro;
  19. Investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo - Lei n.º [18/2012](#), de 7 de maio - transpõe a Diretiva n.º [2009/18/CE](#), de 23 de abril;



## Porto de Lisboa

20. Medidas para garantir o bom estado ambiental do meio marinho - Decreto-Lei n.º [108/2010](#), de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [201/2012](#), de 27 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º [136/2013](#), de 7 de outubro, que o republica, transpondo a Diretiva n.º [2008/56/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho, pelo Decreto-Lei n.º [143/2015](#), de 31 de julho e pelo Decreto-Lei n.º [137/2017](#), de 8 de novembro;
21. Medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias - Decreto-Lei n.º [28/2014](#), de 21 de fevereiro.



**f) Ordenamento e obras**

1. Lei da titularidade dos recursos hídricos - Lei n.º [54/2005](#), de 15 de novembro - estabelece a titularidade dos recursos hídricos (retificada pela Declaração de Retificação n.º [4/2006](#), de 16 de janeiro), alterada pela Lei n.º [78/2013](#), de 21 de novembro, pela Lei n.º [34/2014](#), de 19 de junho e Lei n.º [31/2016](#), de 23 de agosto;
2. Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Lei n.º [31/2014](#), de 30 de maio, alterada pela Lei n.º [74/2017](#), de 16 de agosto;
3. Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – Decreto-Lei n.º [380/99](#), de 22 de setembro, alterado por Decreto-Lei n.º [53/2000](#), de 7 de abril, Decreto-Lei n.º [310/2003](#), de 10 de dezembro, Lei n.º [58/2005](#), de 29 de dezembro, Lei n.º [56/2007](#), de 31 de agosto, Decreto-Lei n.º [316/2007](#), de 19 de setembro, Decreto-Lei n.º [46/2009](#), de 20 de fevereiro, Decreto-Lei n.º [181/2009](#), de 7 de agosto e Decreto-Lei n.º [2/2011](#), de 6 de janeiro → Decreto-Lei n.º [80/2015](#), de 14 de maio;
4. Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) - Decreto-Lei n.º [166/2008](#), de 22 de agosto (retificado pela Declaração de Retificação n.º [63-B/2008](#), de 21 de outubro), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º [239/2012](#), de 2 de novembro → Resolução do Conselho de Ministros n.º [81/2012](#), de 3 de outubro (retificada pela Declaração de Retificação n.º [71/2012](#), de 30 de novembro - orientações estratégicas para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional); Portaria n.º [419/2012](#), de 20 de dezembro (situações de usos ou ações compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional); Decreto-Lei n.º [80/2015](#), de 14 de maio, aprova a revisão do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
5. Ocupação, uso e transformação da faixa costeira – Decreto-Lei n.º [302/90](#), de 26 de setembro (retificado pela [Declaração](#) de 30 de novembro de 1990);
6. Medidas de proteção da orla costeira – Lei n.º [49/2006](#), de 29 de agosto;
7. Carta de zonas inundáveis – Decreto-Lei n.º [364/98](#), de 21 de novembro;





8. Planos de ordenamento da orla costeira - Decreto-Lei n.º [159/2012](#), de 24 de julho - regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização, alterada pelo Decreto-Lei n.º [132/2015](#), de 9 de julho;
9. Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional – Lei n.º [17/2014](#), de 10 de abril, desenvolvida pelo Decreto-Lei n.º [38/2015](#), de 12 de março, alterada pelo Decreto-Lei n.º [139/2015](#), de 30 de julho; → Portaria n.º [125/2018](#), de 8 de maio, que regula regime e o montante da caução destinada a garantir a manutenção das condições físico-químicas e biológicas do meio marinho e a assegurar, no momento da cessação do direito de utilização privativa, a remoção das obras e das estruturas móveis inseridas na área ou no volume afetos ao título;
10. Planos de Ordenamento dos Estuários – Decreto-Lei n.º [129/2008](#), de 21 de julho; → Resolução do Conselho de Ministros n.º [177/2008](#), de 24 de novembro; Despacho n.º [21020/2009](#), 2.ª série, de 18 de setembro, (elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo);
11. Reserva natural do estuário do Tejo - Decreto-Lei n.º [565/76](#), de 19 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º [487/77](#), de 17 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º [142/2008](#), de 24 de julho;
12. Planos de gestão de bacia hidrográfica - Portaria n.º [1284/2009](#), de 19 de outubro → Despacho n.º [2228/2013](#), 2.ª série, de 7 de fevereiro (determina a elaboração de planos de gestão de bacia hidrográfica); Resolução do Conselho de Ministros n.º [16-F/2013](#), de 22 de março (Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo);
13. **Criação dos conselhos de região hidrográfica e seu funcionamento** - Portaria n.º [37/2015](#), de 17 de fevereiro;
14. **Regime jurídico da avaliação de impacte ambiental** - Decreto-Lei n.º [151-B/2013](#), de 31 de outubro - transpõe a Diretiva n.º [2011/92/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro - alterado pelo Decreto-Lei n.º [47/2014](#), de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º [179/2015](#), de 27 de agosto, pela Lei n.º [37/2017](#), de 2 de junho e pelo Decreto-Lei n.º [152-B/2017](#), de 11 de dezembro (estabelece o regime jurídico da avaliação



## Porto de Lisboa

- de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente e procede à sua republicação, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2014/52/EU](#));
15. Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade - Decreto-Lei n.º [142/2008](#), de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º [242/2015](#), de 15 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º [42-A/2016](#), de 12 de agosto;
  16. Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural - Lei n.º [107/2001](#), de 8 de setembro → Portaria n.º [401/2010](#), 2.ª série, de 15 de junho (classifica o Edifício Pedro Álvares Cabral, atual Museu do Oriente, Alcântara, como monumento de interesse público); Portaria n.º [740-FC/2012](#), 2.ª série, de 31 de dezembro (classifica como monumentos de interesse público a Gare Marítima de Alcântara e a Gare Marítima da Rocha de Conde de Óbidos); Decreto n.º [11/2012](#), de 29 de maio (classifica como monumento nacional a Fortaleza da Torre Velha ou Torre de São Sebastião da Caparica, situada no lugar de Porto Brandão);
  17. Sistema da Indústria Responsável - Decreto-Lei n.º [169/2012](#), de 1 de agosto;
  18. Regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas - Decreto-Lei n.º [150/2015](#), de 5 de agosto, transpõe a Diretiva n.º [2012/18/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012;
  19. Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis - Decreto-Lei n.º [267/2002](#), de 26 de novembro, alterado por Decreto-Lei n.º [389/2007](#), de 30 de novembro, Decreto-Lei n.º [31/2008](#), de 25 de fevereiro, Decreto-Lei n.º [195/2008](#), de 6 de outubro e Decreto-Lei n.º [217/2012](#), de 9 de outubro, que o republica → Portaria n.º [1188/2003](#), de 10 de outubro - regula os pedidos de licenciamento de combustíveis (alterada e aditada pela Portaria n.º [1515/2007](#), de 30 de novembro);
  20. **Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação** - Decreto-Lei n.º [555/99](#), de 16 de dezembro, alterado por Lei n.º [13/2000](#), de 20 de julho, Lei n.º [30-A/2000](#), de 20 de dezembro, Decreto-Lei n.º [177/2001](#), de 4 de junho, Lei n.º [15/2002](#), de 22 de fevereiro, Lei n.º [4-A/2003](#), de 19 de fevereiro, Decreto-Lei n.º [157/2006](#), de 8 de agosto, Lei n.º [60/2007](#), de 4



## Porto de Lisboa

de setembro, Decreto-Lei n.º [18/2008](#), de 29 de janeiro, Decreto-Lei n.º [116/2008](#), de 4 de julho, Decreto-Lei n.º [26/2010](#), de 30 de março, Lei n.º [28/2010](#), de 2 de setembro, Decreto-Lei n.º [266-B/2012](#), de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º [136/2014](#), de 9 de setembro (retificado pela Declaração de Retificação n.º [46-A/2014](#), de 10 de novembro) que o republica, Decreto-Lei n.º [214-G/2015](#), de 2 de outubro, Decreto-Lei n.º [97/2017](#), de 10 de agosto, Decreto-Lei n.º [121/2018](#), de 28 de dezembro, Decreto-Lei n.º [66/2019](#), de 21 de maio;

21. Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos de obras - Lei n.º [31/2009](#), de 3 de julho, alterada pela Lei n.º [40/2015](#), de 1 de junho, que a republica, e pela Lei n.º [25/2018](#), de 14 de junho;
22. Condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis - Decreto-Lei n.º [273/2003](#), de 29 de outubro – transposição da Diretiva n.º [92/57/CEE](#), do Conselho, de 24 de Junho.



**g) Recursos humanos e gestores públicos**

1. **Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP)** - Decreto-Lei n.º [421/99](#), de 21 de outubro;
2. **Remuneração e carreiras do pessoal das administrações portuárias** - Portaria n.º [1098/99](#), de 21 de dezembro - estabelece as tabelas salariais e outras remunerações específicas, o mapa de pessoal e a descrição de funções das carreiras e categorias profissionais, bem como os critérios a considerar no recrutamento para os cargos de direção e chefia, do pessoal das administrações portuárias, alterada pela Portaria n.º [577/2003](#), de 16 de julho, Portaria n.º [1182/2004](#), de 14 de setembro, Portaria n.º [1186/2004](#), de 15 de setembro, Portaria n.º [1146/2005](#), de 8 de novembro, Portaria n.º [778/2006](#), de 9 de agosto, Portaria n.º [849/2007](#), de 7 de agosto, Portaria n.º [270/2008](#), de 9 de abril, e Portaria n.º [653/2009](#), de 16 de junho;
3. **Estatuto remuneratório do pessoal técnico de pilotagem** - Portaria n.º [633/99](#), de 11 de agosto, alterada pela Portaria n.º [344/2001](#), de 6 de abril, Portaria n.º [1186/2004](#), de 15 de setembro, Portaria n.º [1139/2005](#), de 7 de novembro, Portaria n.º [779/2006](#), de 9 de agosto, Portaria n.º [850/2007](#), de 7 de agosto, Portaria n.º [271/2008](#), de 9 de abril, Portaria n.º [652/2009](#), de 16 de junho;
4. Código do Trabalho – Lei n.º [7/2009](#), de 12 de fevereiro - aprova o Código do Trabalho (retificado pela Declaração de Retificação n.º [21/2009](#), de 18 de março), alterado pela Lei n.º [105/2009](#), de 14 de setembro, Lei n.º [53/2011](#), de 14 de outubro, Lei n.º [23/2012](#), de 25 de junho (retificada pela Declaração de Retificação n.º [38/2012](#), de 23 de julho, objeto do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º [602/2013](#), de 24 de outubro), Lei n.º [47/2012](#), de 29 de agosto, Lei n.º [69/2013](#), de 30 de agosto, Lei n.º [27/2014](#), de 8 de maio → Lei n.º [76/2013](#), de 7 de novembro; Lei n.º [70/2013](#), de 30 de agosto → regulamentada pela Portaria n.º [294-A/2013](#), de 30 de setembro, Lei n.º [28/2015](#), de 14 de abril, Lei n.º [120/2015](#), de 1 de setembro, Lei n.º [8/2016](#), de 1 de abril, Lei n.º [28/2016](#), de 23 de agosto, Lei n.º [73/2017](#), de 16 de agosto e Lei n.º [14/2018](#), de 19 de março;



## Porto de Lisboa

5. Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas - Lei n.º [35/2014](#), de 20 de junho, alterada pela Lei n.º [82-B/2014](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [84/2015](#), de 7 de agosto, Lei n.º [18/2016](#), de 20 de junho, Lei n.º [42/2016](#), de 28 de dezembro, Lei n.º [25/2017](#), de 30 de maio, Lei n.º [73/2017](#), de 16 de agosto e Decreto-Lei n.º [6/2019](#), de 14 de janeiro;
6. Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) - Decreto-Lei n.º [118/83](#), de 25 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [161/2013](#), de 22 de novembro;
7. Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas - Lei n.º [12-A/2008](#), de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º [22-A/2008](#), de 24 de abril, alterada pela Lei n.º [64-A/2008](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [102/2009](#), de 10 de setembro, Lei n.º [3-B/2010](#), de 28 de abril, Lei n.º [34/2010](#), de 2 de setembro, Lei n.º [55-A/2010](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [64-B/2011](#), de 30 de dezembro, Lei n.º [80/2013](#), de 28 de novembro → Portaria n.º [48/2014](#), de 26 de fevereiro, Lei n.º [35/2014](#), de 20 de junho e Lei n.º [80/2017](#), de 18 de agosto;
8. Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - Lei n.º [110/2009](#), de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º [119/2009](#), de 30 de dezembro, pela Lei n.º [55-A/2010](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [20/2012](#), de 14 de maio, Lei n.º [66-B/2012](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [83-C/2013](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [82-B/2014](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [23/2015](#), de 17 de março, Lei n.º [42/2016](#), de 28 de dezembro, Decreto-Lei n.º [93/2017](#), de 1 de agosto, Lei n.º [114/2017](#), de 29 de dezembro e Decreto-Lei n.º [2/2018](#), de 9 de janeiro;
9. Regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública - Decreto-Lei n.º [503/99](#), de 20 de novembro, alterado pelos Decreto-Lei n.º [77/2001](#), de 5 de março, Decreto-Lei n.º [23/2002](#), de 1 de fevereiro, Decreto-Lei n.º [54/2003](#), de 28 de março, Decreto-Lei n.º [57/2005](#), de 4 de março, Decreto-Lei n.º [50-A/2006](#), de 10 de março, Decreto-Lei n.º [50-A/2007](#), de 6 de março, Decreto-Lei n.º [377/2007](#), de 9 de novembro, Lei n.º [59/2008](#), de 11 de setembro, Lei n.º [64-A/2008](#), de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º [72-A/2010](#), de 18 de junho, Decreto-Lei n.º [29-A/2011](#), de 1 de março, Decreto-Lei n.º [32/2012](#), de 13



## Porto de Lisboa

- de fevereiro, Lei n.º [11/2014](#), de 6 de março, Decreto-Lei n.º [52/2014](#), de 7 de abril, Lei n.º [82-B/2014](#), de 31 de dezembro, Portaria n.º [23/2018](#), de 18 de janeiro, Decreto-Lei n.º [33/2018](#), de 15 de maio e Portaria n.º [25/2019](#), de 17 de janeiro;
10. Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho - Decreto-Lei n.º [50/2005](#), de 25 de fevereiro - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2001/45/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
  11. Reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais - Lei n.º [98/2009](#), de 4 de setembro;
  12. Reconhecimento das qualificações profissionais - Lei n.º [9/2009](#), de 4 de março (transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2005/36/CE](#), do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro) → Portaria n.º [55/2012](#), de 9 de março, alterada pela Portaria n.º [384/2012](#), de 26 de novembro (especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área do emprego); Portaria n.º [90/2012](#), de 30 de março (especifica as profissões regulamentadas abrangidas nas áreas da agricultura, das florestas, do mar, do ambiente e do ordenamento do território), Portaria n.º [96/2012](#), de 5 de abril (especifica as profissões regulamentadas abrangidas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações), ;
  13. Aposentação - Lei n.º [60/2005](#), de 29 de dezembro - convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, alterada por Lei n.º [52/2007](#), de 31 de agosto, Lei n.º [11/2008](#), de 20 de fevereiro, e Lei n.º [11/2014](#), de 6 de março; → Decreto-Lei n.º [55/2006](#), de 15 de março (define as regras de execução da Lei n.º [60/2005](#), de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [4/2017](#), de 6 de janeiro);
  14. Portarias de extensão - Resolução do Conselho de Ministros n.º [90/2012](#), de 31 de outubro - define os critérios a observar no procedimento para a emissão de portaria de extensão, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º [82/2017](#), de 9 de junho;
  15. Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - Resolução do Conselho de Ministros n.º [18/2014](#), de 7 de março;



## Porto de Lisboa

16. Trabalho marítimo - Resolução da Assembleia da República n.º [4/2015](#), de 12 de janeiro - aprova a Convenção do Trabalho Marítimo, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 94.ª sessão, em Genebra, a 23 de fevereiro de 2006, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º [7/2015](#), de 12 de janeiro;
17. Estatuto do Gestor Público - Decreto-Lei n.º [71/2007](#), de 27 de março, alterado por art.º 36.º da Lei n.º [64-A/2008](#), de 31 dezembro, e Decreto-Lei n.º [8/2012](#), de 18 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º [2/2012](#), de 25 de janeiro) → Resolução do Conselho de Ministros n.º [155/2005](#), de 6 de outubro (remunerações e pensões nas empresas e institutos públicos), Resolução do Conselho de Ministros n.º [16/2012](#), de 14 de fevereiro (critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos) Resolução do Conselho de Ministros n.º [36/2012](#), de 26 de março (classificação das empresas públicas – alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º [92/2018](#), de 16 de julho), alterado pelo Decreto-Lei n.º [39/2016](#), de 28 de julho;
18. Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos – Lei n.º [64/93](#), de 26 de agosto, alterada por art.º 8.º da Lei n.º [39-B/94](#), de 27 de dezembro, Lei n.º [28/95](#), de 18 de agosto, Lei n.º [42/96](#), de 31 de agosto, Lei n.º [12/98](#), de 24 de fevereiro, Decreto-Lei n.º [71/2007](#), de 27 de março, Lei n.º [30/2008](#), de 10 de julho e Lei Orgânica n.º [1/2011](#), de 30 de novembro;
19. Crimes de Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos - Lei n.º [34/87](#), de 16 de julho, alterada pela Lei n.º [41/2010](#), de 3 de setembro, Lei n.º [4/2013](#), de 14 de janeiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º [5/2013](#), de 25 de janeiro, Lei n.º [30/2015](#), de 22 de abril e Declaração de Retificação n.º [22/2015](#), de 25 de maio;
20. Promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas - Resolução do Conselho de Ministros n.º [19/2012](#), de 8 de março;



Porto de Lisboa

#### **h) Contraordenações**

1. Ilícito de mera ordenação social - Decreto-Lei n.º [433/82](#), de 27 de outubro - institui o ilícito de mera ordenação social e respetivo processo, alterado pelo Decreto-Lei n.º [356/89](#), de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º [244/95](#), de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º [323/2001](#), de 17 de dezembro, e pela Lei n.º [109/2001](#), de 24 de dezembro;
2. **Contraordenações nas áreas de jurisdição portuária** - Decreto-Lei n.º [49/2002](#), de 2 de março;
3. Contraordenações nas áreas de jurisdição da autoridade marítima nacional - Decreto-Lei n.º [45/2002](#), de 2 de março - alterado pelo Decreto-Lei n.º [180/2004](#), de 27 de julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º [2002/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º [263/2009](#), de 28 de setembro;
4. Lei-quadro das contraordenações ambientais - Lei n.º [50/2006](#), de 29 de agosto - alterada pela Lei n.º [89/2009](#), de 31 de agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º [70/2009](#), de 1 de outubro), pela Lei n.º [114/2015](#), de 28 de agosto, Decreto-Lei n.º [42-A/2016](#), de 12 de agosto (cria o Fundo Ambiental) e pela Lei n.º [25/2019](#), de 26 de março;
5. Proteção do meio marinho - Decreto-Lei n.º [235/2000](#), de 26 de setembro;
6. Processo das contraordenações laborais e de segurança social - Lei n.º [107/2009](#), de 14 de setembro - alterada pela Lei n.º [63/2013](#), de 27 de agosto e pela Lei n.º [55/2017](#), de 17 de julho.





**i) Normas diversas**

1. Regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital - Decreto-Lei n.º [290-D/99](#), de 2 de agosto, alterado por Decreto-Lei n.º [62/2003](#), de 3 de abril, Decreto-Lei n.º [165/2004](#), de 6 de julho, Decreto-Lei n.º [116-A/2006](#), de 16 de junho, e Decreto-Lei n.º [88/2009](#), de 9 de abril;
2. Lei de Proteção de Dados Pessoais - Lei n.º [67/98](#), de 26 de outubro - transpõe a Diretiva n.º [95/46/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro;
3. Rede Nacional de Plataformas Logísticas - Decreto-Lei n.º [152/2008](#), de 5 de agosto;
4. Regime Jurídico da Concorrência - Lei n.º [19/2012](#), de 8 de maio, alterada pela Lei n.º [23/2018](#), de 5 de junho;
5. Práticas individuais restritivas do comércio - Decreto-Lei n.º [166/2013](#), de 27 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º [220/2015](#), de 8 de outubro;
6. Parcerias público-privadas - Decreto-Lei n.º [111/2012](#), de 23 de maio;
7. **Código dos Contratos Públicos** - Decreto-Lei n.º [18/2008](#), de 29 de janeiro (retificado por Declaração de Retificação n.º [18-A/2008](#), de 28 de março), alterado pelo Decreto-Lei n.º [223/2009](#), de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º [278/2009](#), de 2 de outubro, Lei n.º [3/2010](#), de 27 de abril, Decreto-Lei n.º [131/2010](#), de 14 de dezembro, Lei n.º [64-B/2011](#), de 30 de dezembro, Decreto-Lei n.º [149/2012](#), de 12 de julho, Decreto-Lei n.º [214-G/2015](#), de 2 de outubro, Decreto-Lei n.º [111-B/2017](#), de 31 de agosto que transpõe para a ordem jurídica interna as diretivas comunitárias [2014/23/UE](#), [2014/24/UE](#) e [2014/25/UE](#), todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º [2014/55/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e Decreto-Lei n.º [33/2018](#), de 15 de maio;
8. Modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais – Portaria n.º [701-A/2008](#), de 29 de julho → Portaria [371/2017](#), de 14 de dezembro;
9. Portal dos Contratos Públicos - Portaria n.º [701-F/2008](#), de 29 de julho (alterada pela Portaria n.º [85/2013](#), de 27 de fevereiro), Portaria n.º [57/2018](#), de 26 de fevereiro;



## Porto de Lisboa

10. Plataformas eletrónicas para contratação pública – Lei n.º [96/2015](#), de 17 de agosto;
11. Projetos de obras públicas – Portaria n.º [701-H/2008](#), de 29 de julho - aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como as «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias;
12. Aquisição de bens e prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação - Decreto-Lei n.º [107/2012](#), de 18 de maio → Resolução do Conselho de Ministros n.º [48/2012](#), de 21 de maio, aprova a lista dos sistemas operacionais críticos, alterado pelo Decreto-Lei n.º [18/2016](#), de 13 de abril;
13. Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica - Decreto-Lei n.º [91/2018](#), de 12 de novembro – transpõe a [Diretiva \(UE\) 2015/2366](#);
14. Sistema de Normalização Contabilística - Decreto-Lei n.º [158/2009](#), de 13 de julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º [67-B/2009](#), de 11 de setembro, Lei n.º [20/2010](#), de 23 de agosto, Lei n.º [66-B/2012](#), de 31 de dezembro, Lei n.º [83-C/2013](#), de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º [98/2015](#), de 2 de junho (que transpõe a [Diretiva n.º 2013/34/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas) e Decreto-Lei n.º [192/2015](#), de 11 de setembro (que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas).



## Regulamentação Interna

As normas internas que regem a sua atividade são aprovadas pelo Conselho de Administração da APL, S.A., ou pela entidade reguladora e divulgada pela APL, S.A..

### 1. Regulamentação da APL de âmbito geral

1. Regulamento da Autoridade Portuária - Ordem de Serviço n.º [19/2014](#), de 11 de novembro ([Regulamento](#));
2. Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Limpeza Urbana da APL, S.A. Retificação. - Ordem de Serviço n.º [16/2013](#), de 9 de julho ([Regulamento](#));
3. Revisão do Regulamento do Exercício da Atividade de Recolha de Resíduos de Hidrocarbonetos, Águas residuais e Resíduos Perigosos a Embarcações no Porto de Lisboa – Ordem de Serviço n.º [8/2017](#), de 17 de agosto ([Regulamento](#));
4. Regulamento de Gestão de Resíduos de Embarcações - Ordem de Serviço n.º [5/2008](#), de 1 de fevereiro ([Regulamento](#)), alterado pela Ordem de Serviço n.º [18/2014](#), de 11 de novembro ([Regulamento](#));
5. Normas para o controlo da qualidade da água no âmbito da atividade de fornecimento de água a embarcações - Ordem de Serviço n.º [30/2004](#), de 22 de dezembro;
6. Regulamento de Tarifas de Fornecimento de Água pela APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.- Alteração – Ordem de Serviço n.º [4/2012](#), de 15 de fevereiro;
7. Fornecimento de água a embarcações e navios no porto de Lisboa. Tarifas máximas – Ordem de Serviço n.º [20/2012](#), de 17 de dezembro;
8. Regulamento de Tarifas - fornecimento de água pela APL - Ordem de Serviço n.º [8/2012](#), de 31 de julho ([Anexo](#));
9. Regulamento de Exploração e Utilização das Docas de Recreio do Porto de Lisboa – Ordem de Serviço n.º [5/2019](#), de 18 de janeiro;
10. Regulamento de Exploração e de Utilização do Polo Náutico de Belém – Ordem de Serviço n.º [7/2018](#), de 22 de janeiro;



## Porto de Lisboa

11. Regulamento de Contratação de Bens, Serviços e Empreitadas - Ordem de Serviço n.º 4/2014 (Regulamento), de 4 de dezembro;
12. Regulamento de Acesso e Preservação dos Documentos, Publicações e Bens Culturais da APL, S.A. - Ordem de Serviço n.º 15/2009, de 9 de julho; (Regulamento, Anexo), alterado pela Ordem de Serviço n.º 1/2019, de 2 de janeiro - Regulamento de Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra;
13. Taxas a aplicar pelo fornecimento de impressos, fotocópias e documentos técnicos e administrativos - Ordem de Serviço n.º 1/2004, de 22 de janeiro (Anexo);
14. Regulamento de Licenciamento de Obras no Porto de Lisboa - Ordem de Serviço n.º 6/2014 (Regulamento), de 31 de março;
15. Normas reguladoras da prestação de cauções à APL - Ordem de Serviço n.º 67/1995, de 27 de novembro;
16. Horário de funcionamento do porto - Ordem de Serviço n.º 28/1996, de 8 de abril;
17. Regulamentos de Tarifas e de Exploração Equipamento terrestre afeto à Divisão de Terminais Multiuso e Atividade de Cruzeiros - requisição, alteração e desistência - Ordem de Serviço n.º 24/2000, de 12 de julho;
18. Regulamento de Tarifas Navios porta-contentores - aplicação da disposição transitória sobre a arqueação bruta (GT) - Ordem de Serviço n.º 27/2000, de 1 de agosto;
19. Regulamento de emissão dos certificados de isenção do serviço de pilotagem - Ordem de Serviço n.º 19/2002, de 3 de junho;
20. Regulamento de Tarifas - Inspeções Técnicas de Segurança - Ordem de Serviço n.º 22/2002, de 10 de julho;
21. Normas transitórias para utilização das áreas portuárias não concessionadas - Ordem de Serviço n.º 30/2000, de 25 de agosto, alterada pela Ordem de Serviço n.º 49/2000, de 29 de dezembro → Ordem de Serviço n.º 2/2002, de 28 de janeiro;
22. Regulamento do Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e Navios no Porto de Lisboa - Ordem de Serviço n.º 25/2003, de 1 de julho, (Regulamento) → Ordem de Serviço n.º 32/2004, de 23 de dezembro (licenciamento para o Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e Navios no Porto de Lisboa);



## Porto de Lisboa

23. Regulamento do Exercício da Atividade de Acostagem de Navios e Embarcações no Porto de Lisboa – Ordem de Serviço n.º [2/2004](#), de 12 de fevereiro ([Anexo, adenda](#));
24. Boas práticas de governo empresarial: Eficiência Ambiental – Ordem de Serviço n.º [23/2007](#), de 3 de dezembro;
25. Taxas de fornecimento de energia elétrica – Ordem de Serviço n.º [1/2013](#), de 4 de janeiro;
26. Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais para 2019 – Ordem de Serviço n.º [17/2018](#), de 22 de outubro ([Regulamento](#));
27. Regulamento de Tarifas da APL, S.A. – Ordem de Serviço n.º [19/2018](#), de 10 de dezembro;
28. Regulamento de Utilização Privativa de Recursos Hídricos do Domínio Público para o Exercício da Atividade Marítimo-Turística nas áreas afetas à Jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.; Licença de Utilização Privativa de Recursos Hídricos do Domínio Público nas Áreas afetas à APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., para o exercício da Atividade Marítimo-Turística – Ordem de Serviço n.º [2/2015](#), de 1 de abril;
29. Regulamento de Tarifas. Utilização Privativa de Recursos Hídricos do Domínio Público para o Exercício da Atividade Marítimo-Turística nas Áreas afetas à Jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. Taxas de utilização para 2019 – Ordem de Serviço n.º [3/2019](#), de 18 de janeiro;
30. Regulamento de Tarifas de Eventos e Publicidade – Ordem de Serviço n.º [6/2015](#), de 21 de abril ([anexo, regulamento](#));
31. Regulamento de Tarifas da Marina de Lisboa - APL, S.A. - 2019 – Ordem de Serviço n.º [4/2019](#), de 18 de janeiro;
32. Regulamento de tarifas. Estacionamento a seco/reparação/exposição. Taxas de Utilização para 2019 – Ordem de Serviço n.º [2/2019](#), de 18 de janeiro;
33. Regulamento de Autoridade Portuária da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. – Ordem de Serviço n.º [2/2019](#), de 18 de janeiro ([Regulamento](#));
34. Regulamento do Exercício da Atividade de Reparador de Embarcações de Recreio no Porto de Lisboa – Ordem de Serviço n.º [8/2018](#), de 22 de janeiro.